

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

- 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA - CURADORIA DO MEIO AMBIENTE.

- INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIG) Nº 06.2017.00007534-7.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Raul de Araujo Santos Neto, titular da 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de São José – Curadoria do Meio Ambiente, e de outro lado **LUIZ CARLOS DOS SANTOS**, brasileiro, casado, CPF nº 342.645.239-15, RG nº 446.229 SC, com endereço na Avenida Salvador Di Bernardi, nº 787, Campinas, São José/SC, telefone (48) 99969-0162, com fulcro no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85 e art. 89, da Lei Complementar nº 197/2000, e **CONSIDERANDO**:

- As funções institucionais do Ministério Público previstas na Constituição Federal e nas Leis Orgânicas Nacional (nº 8.625/85) e Estadual (nº 197/2000), bem como a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais e individuais indisponíveis, mormente os interesses difusos e coletivos (arts. 127 e 129, II e III, da Constituição Federal de 1988), entre eles o meio ambiente;

- O direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, o que impõe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, consoante dispõe o art. 225, *caput*, da Constituição Federal;

- A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme as diretrizes gerais fixadas pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), tendo por objetivo ordenar o pleno

desenvolvimento das funções sociais das cidades e garantir o bem-estar de seus habitantes, nos termos do art. 182, da Constituição Federal;

- A necessidade de se realizar o adequado licenciamento ambiental das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental, de acordo com os instrumentos de gestão ambiental previstos na Política Nacional de Meio Ambiente e nas Resoluções do CONSEMA, visando, assim, o desenvolvimento sustentável;

- O princípio do poluidor-pagador previsto na Lei nº 6.938/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), que visa "à imposição ao poluidor e ao predador" da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente;

- Que o Assento nº 1/2013/CSMP, arts. 4º e 5º, estabelece que a reparação do dano obedecerá, prioritariamente, a seguinte ordem, mediante o cumprimento de obrigação de fazer, consistente na: I - restauração do dano *in natura*, no próprio local e em favor do mesmo bem jurídico lesado; II - recuperação do dano *in natura*, no próprio local e/ou em favor do mesmo bem jurídico lesado; III - recuperação do dano *in natura*, porém substituindo o bem lesado por outro funcionalmente equivalente; e IV - substituição da reparação *in natura* por indenização pecuniária. E que, não sendo, as medidas indicadas no artigo anterior, suficientes para a reparação dos danos, poderão ser estabelecidas medidas de compensação mitigatórias;

- Os termos da Recomendação nº 54, do Conselho Nacional do Ministério Público que dispõe que sempre que possível e observadas as peculiaridades do caso concreto, será priorizada a resolução extrajudicial do conflito, controvérsia ou situação de lesão ou ameaça, especialmente quando essa via se mostrar capaz de viabilizar uma solução mais célere, econômica, implementável e capaz de satisfazer adequadamente as legítimas expectativas dos titulares dos direitos envolvidos, contribuindo para diminuir a litigiosidade (art 1º, § 2º);

- O que restou apurado no **Inquérito Civil Público (SIG) nº 06.2017.00007534-7**, cujos documentos coligidos dão conta que o compromissário, mediante a criação de caprinos, promoveu destruição do sub-bosque, em área considerada de preservação permanente do entorno de olho d'água existente no terreno, bem como em parte de área coberta com vegetação do bioma mata atlântica;

- As demais informações contidas nos autos, notadamente em respeito e homenagem aos princípios da razoabilidade e equidade, reconhecendo que a intervenção no sub-bosque não tem o intuito de desmatar a vegetação e que o simples fato de isolamento da área, sem ocorrência de novas intervenções, propicia que a natureza se recomponha naturalmente;

- Que as eventuais infrações penais são independentes e serão averiguadas em assunto separado;

RESOLVEM celebrar o presente **Compromisso de Ajustamento de Conduta**, com fulcro no artigo 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985, nos seguintes **TERMOS**:

DAS OBRIGAÇÕES:

Cláusula 1ª - O compromissário **Luiz Carlos dos Santos**, por si e eventuais sucessores a qualquer título, assume as seguintes obrigações de fazer:

a) Adoção de providências para recomposição do sub-bosque, por meio do isolamento e cercamento da faixa de Área de Preservação Permanente - APP, inerente ao olho d'água existente no terreno, com o raio de 50,00 (cinquenta) metros e diâmetro de 100,00 (cem) metros, tendo como centro o olho d'água, e, também, as demais parcelas do terreno coberta por vegetação da Mata Atlântica, indicadas nos autos, situadas ou não no talvegue e/ou próximas, atendido ao zoneamento como área de preservação permanente definido na legislação municipal, por seu Plano Diretor, com comprovação no procedimento administrativo a ser instaurado para fiscalização do cumprimento do presente ajuste, através da apresentação de material fotográfico, com pelo menos 10 (dez) fotografias (datadas), no prazo de 30 (trinta) dias;

b) Elaborar relatório de acompanhamento, apresentando material fotográfico, com pelo menos 10 (dez) fotografias (datadas), para atestar a evolução da reconstituição da vegetação nativa nos locais antes referidos, a cada 02 (dois) meses, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias;

c) Impedir todo acesso dos caprinos e outros animais, criados no local, nas áreas em recuperação, inclusive, no talvegue e naquelas

cobertas por vegetação da Mata Atlântica, observado os termos do item "a" acima.

Cláusula 2ª - Obrigação de cumprir, como medida compensatória indenizatória prevista no art. 9º, inciso IX, da Lei nº 6.938/81 e disposições do art. 29, § 1º, do Ato nº 00395/2018/PGJ, o montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), recolhido em duas (02) parcelas, com vencimento a cada trinta (30) dias, sendo a primeira a contar da assinatura do presente, destinados o montante de **50% (cinquenta por cento) ao Fundo para Recuperação dos Bens Lesados de Santa Catarina**, criado pela Lei nº 15.694/2011, regulamentado pelo Decreto nº 808/2012, conforme art. 13, da Lei nº 7.347/85, mediante guias expedidas pela 10ª Promotoria de Justiça – Curadoria do Meio Ambiente, e o montante de **50% (cinquenta por cento) ao Fundo Municipal do Meio Ambiente de São José**, CNPJ nº 30.808.461/0001-56, criado pela Lei Complementar nº 066/2015, mediante depósitos na conta nº 710108 - Agência 3078 – Operação 006 – Caixa Econômica Federal, com comprovação nos autos do procedimento administrativo.

Cláusula 3ª - Por fim, o compromissário **Luiz Carlos dos Santos** assume ainda o compromisso de obter o licenciamento/autorização ambiental através do Órgão responsável para qualquer atividade/intervenção que pretenda executar no local, nas áreas protegidas (APP de olho d'água e vegetação do bioma da Mata Atlântica).

DA MULTA:

Cláusula 4ª - O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou das obrigações estabelecidas no presente, implicará no pagamento, pelo compromissário, de multa pecuniária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), para cada mês de atraso, a ser recolhida em favor do Fundo para Recuperação dos Bens Lesados de Santa Catarina.

DO ADIMPLEMENTO:

Cláusula 5ª - Fica consignado o prazo de dez (10) dias úteis, para as respectivas prestações de contas nos autos do Procedimento Administrativo a ser instaurado para acompanhamento do TAC, contados da data do vencimento de cada obrigação assumida.

DA EXECUÇÃO:

Cláusula 6ª - Na hipótese de não cumprimento pelo compromissário, de quaisquer das obrigações assumidas no presente Termo de Ajustamento de Conduta, além da responsabilidade pessoal e da multa pecuniária previstas na cláusula 5ª, o **Ministério Público Estadual** promoverá a execução judicial, total ou parcialmente, e, ainda, facultativamente, o ingresso de ação civil pública.

DA VIGÊNCIA:

Cláusula 7ª - O presente ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura, da qual será contados todos os prazos acima estipulados.

7.1 – Os prazos acima fixados poderão ser eventualmente prorrogados a pedido do compromissário, independentemente de Termo Aditivo, desde que apresentada justificativa razoável para o atraso.

Assim, por estarem compromissados, firmam este **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, em duas (02) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85.

São José, 30 de julho de 2019.

Raul de Araujo Santos Neto
Promotor de Justiça
Curadoria do Meio Ambiente

Luiz Carlos dos Santos
Compromissário

TESTEMUNHAS:

Fernanda de Medeiros Pagani Luz
RG nº 4.151.184

Thays C. Varela Schumacher
RG nº 5.091.800